

MP contesta edital para gestão de escolas em SP

Ação pede suspensão de modelo para três escolas municipais novas

Da Redação

O Ministério Público de São Paulo (MP-SP) e a Defensoria Pública ingressaram com uma ação civil pública para pedir a anulação do edital lançado pela Prefeitura de São Paulo que prevê a transferência da gestão de três escolas municipais de ensino fundamental para organizações da sociedade civil (OSCs). A ação também solicita a suspensão imediata do processo até o julgamento definitivo.

O edital foi publicado em 15 de julho e contempla três unidades de ensino ainda em construção, localizadas nos bairros de Parelheiros, Pedreira e Jaraguá. A proposta prevê contratos com duração inicial de cinco anos e investimento estimado em R\$ 102,8 milhões para a operação das escolas. Segundo as regras do chamamento, as entidades selecionadas serão responsáveis pela administração pedagógica, administrativa e de infraestrutura das unidades.

Na ação, Ministério Público

e Defensoria sustentam que o modelo previsto no edital contraria dispositivos constitucionais e a legislação educacional ao permitir a transferência da gestão de escolas públicas para entidades privadas. Os órgãos argumentam que a administração das unidades de ensino constitui atividade típica do poder público e afirmam que a proposta pode comprometer princípios como a gestão democrática, a realização de concursos públicos para contratação de profissionais e o controle estatal sobre o funcionamento das escolas.

Os autores da ação também apontam que o edital amplia as atribuições das organizações sociais além do permitido pela legislação vigente. Segundo o documento apresentado à Justiça, o modelo autoriza as entidades a contratar professores e demais profissionais sem concurso público, definir formas de remuneração e administrar aspectos relacionados ao funcionamento escolar, atribuições que, na avaliação do Ministério



Fachada do MP-SP no bairro da Sé, região central de SP

Público e da Defensoria, deveriam permanecer sob responsabilidade direta do município.

A ação pede que a Justiça declare a nulidade do edital e impeça a celebração de contratos decorrentes do chamamento público. Caso haja necessidade, os órgãos também requerem a concessão de medida liminar para suspender imediatamente os efeitos do processo de seleção das organizações interessadas.

O edital é alvo de outras iniciativas judiciais. Em outro processo, a Justiça paulista já havia determinado que a Prefeitura prestasse esclarecimentos sobre o modelo proposto antes de analisar um pedido de suspensão apresentado em ação distinta.

A Prefeitura de São Paulo afirma que a proposta não representa privatização da educação municipal e sustenta que as três escolas permanecerão públicas, gratuitas e integradas à rede municipal de ensino. De acordo com a administração, a Secretaria Municipal de Educação continuará responsável pela definição do currículo, supervisão pedagógica, avaliação da aprendizagem, fornecimento de alimentação escolar, materiais didáticos, uniformes, educação especial e fiscalização dos contratos. Às organizações caberá a execução de atividades administrativas, operacionais e pedagógicas previstas no edital.

Segundo o município, as entidades serão escolhidas por

meio de critérios técnicos relacionados à experiência e à capacidade operacional, além de estarem sujeitas ao cumprimento de metas e à prestação de contas durante toda a vigência dos contratos. A administração também sustenta que o modelo busca ampliar a eficiência na gestão das novas unidades sem alterar o caráter público do serviço educacional.

A ação civil pública será analisada pela Justiça de São Paulo, que decidirá sobre o pedido de suspensão imediata do edital e, posteriormente, sobre o mérito da ação. Até que haja decisão judicial definitiva, o processo de chamamento público permanece em discussão no Judiciário.

Bibliotecas ampliam público e passam por reformas

Da Redação

No primeiro semestre de 2026, as bibliotecas públicas municipais de São Paulo receberam mais de 1,5 milhão de visitantes, segundo dados da Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa. O número representa aumento de 14% em relação ao mesmo período do ano passado, quando foram contabilizadas cerca de 1,3 milhão de visitas. O crescimento ocorre em meio à ampliação da programação cultural e ao avanço de obras de modernização em parte da rede municipal.

Atualmente, a capital paulista conta com 54 bibliotecas administradas pelo município. Desde 2025, parte das unidades vem passando por reformas estruturais

que incluem intervenções em telhados, instalações elétricas e hidráulicas, pintura, adequações de acessibilidade e melhorias nos espaços destinados ao público.

A previsão da administração municipal é concluir novas etapas de revitalização ao longo deste ano.

Entre as unidades reabertas pela Prefeitura está a Biblioteca Pública Municipal Gilberto Freyre, no bairro de Sapoemba, na zona leste da capital paulista. O equipamento voltou a funcionar após obras que incluíram substituição da cobertura, revisão das instalações, implantação de sanitários acessíveis, piso tátil e revitalização da área externa. O investimento informado pela Prefeitura foi de apro-



Reabertura da Biblioteca Vicente Paulo Guimarães

ximadamente R\$ 1,1 milhão.

Além do empréstimo de livros e do acesso ao acervo, as bibliotecas municipais oferecem atividades como oficinas, contação de histórias, clu-

bes de leitura, apresentações artísticas, cursos, debates e ações voltadas ao público infantil e juvenil. A programação é totalmente gratuita e distribuída entre as diferen-

tes regiões da cidade.

De acordo com a Secretaria Municipal de Cultura, a combinação entre a requalificação dos espaços e a oferta de atividades culturais está entre os fatores apontados para o aumento da frequência nas bibliotecas. Os equipamentos também disponibilizam áreas para estudo, pesquisa, acesso à internet e realização de eventos comunitários.

A rede municipal integra a política pública de incentivo à leitura da cidade de São Paulo e atende públicos de diferentes faixas etárias. As reformas nas unidades continuam em andamento, enquanto a programação cultural segue sendo realizada durante todo o ano, conforme calendário divulgado pela administração municipal da capital.